



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VIII (2007)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Dom Luís da Cunha e a centralidade das minas auríferas brasileiras

Júnia Ferreira Furtado 

Como Citar | How to Cite

Furtado, Júnia Ferreira. 2007. «Dom Luís da Cunha e a centralidade das minas auríferas brasileiras». *Anais de História de Além-Mar* VIII: 69-87. <https://doi.org/10.57759/aham2007.37508>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2007. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2007. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

DOM LUIS DA CUNHA E A CENTRALIDADE DAS MINAS AURÍFERAS BRASILEIRAS

por

JÚNIA FERREIRA FURTADO*

1. Emboabas ilustrados

Nesse artigo busco analisar o papel desempenhado por dom Luis da Cunha na reorientação da geopolítica portuguesa ao longo do século XVIII, com vistas à rearticulação do papel das diversas partes do império, privilegiando a América portuguesa em detrimento de outras áreas. A par com setores da elite administrativa, o famoso embaixador foi um dos que identificou com mais clareza o processo de deslocamento do eixo econômico do império com a descoberta das minas de ouro e diamantes no Brasil, bem como o papel central que as Minas passaram a adquirir a partir daí para o futuro econômico do império, num contexto de crescente dependência de Portugal em relação às outras potências européias, particularmente a Inglaterra. Essas percepções foram conjugadas, na visão de dom Luis, à necessidade de aprimoramento do conhecimento geográfico e da representação cartográfica da América portuguesa, particularmente das regiões mais sensíveis e estratégicas para a Coroa, como era o caso das Minas Gerais.

Do ponto de vista de parte da Historiografia, dom Luis da Cunha se tornou um dos ícones de um importante grupo que se estruturou em torno de dom João V, os chamados *estrangeirados*¹. Eram homens que se caracte-

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Esse artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a colaboração estabelecida entre dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, geógrafo do rei da França, para a produção da *Carte de l'Amérique méridionale*, impressa em 1748. Conta com apoio do CNPq/Bolsista de Produtividade em Pesquisa, 2007-2010; Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT/UFMG/Bolsa de Professor Residente, 2007; e Newberry Library/Chicago/Bolsa em História da Cartografia, setembro/outubro de 2007.

¹ Não se pode esquecer que há quem não concorde com a existência do próprio termo *estrangeirado*, como Joaquim V. Serrão, Antônio Banha de Andrade, entre outros. A recusa ao conceito se deve ao fato de que o termo traz embutido a idéia de que a cultura portuguesa entre a Restauração e o reinado Joanino esteve mergulhada no obscurantismo.

rizaram por sua abertura e trânsito intelectual com o mundo europeu e que tinham na viagem o principal mecanismo do aprendizado e de formação de um conhecimento capaz de contribuir para o desenvolvimento político, econômico e intelectual do Reino². Fortes defensores do pragmatismo e do empirismo, eram homens viajados, sendo que vários deles estiveram, como funcionários régios, no Brasil (alguns inclusive eram originários de lá), ou em outras partes do império. Muitas vezes o atributo de *estrangeirado* foi-lhes atribuído com caráter negativo, para acentuar o afrancesamento de suas idéias, a irreligiosidade de seus princípios, ou ainda a falta de conexão com Portugal, pois muitos residiam largos períodos longe do reino. O próprio Luis da Cunha passou a maior parte de sua vida ativa no exterior³ e seus críticos o acusavam de que «não era muito certo na religião, pois se mostrava muito francês»⁴.

Parte dessa elite intelectual foi promovida por dom João V, e muitos deles se tornaram ministros do governo, membros da administração no reino e no ultramar, ou diplomatas. Outros participavam das articulações políticas no Conselho Ultramarino, discutindo amplamente as questões do Império. Esse grupo seletivo que se preparava para a governança do império teve papel preponderante na corte Joanina, e esteve particularmente preocupado em prover a Coroa com o saber e os instrumentos mais modernos de seu tempo e em demonstrar publicamente que Portugal se abria às luzes e ao conhecimento.

O grande epicentro desse movimento era o próprio dom João V, que se tornou grande patrono das ciências e das artes, fundamentais para a difusão das Luzes no país. Grandes expoentes deste grupo informal foram, além de dom Luis da Cunha, Martinho de Mendonça Pina e Proença, o Cardeal da Mota, Bartolomeu de Gusmão, entre outros. Martinho de Mendonça Pina e Proença foi tutor do infante, membro da Academia de História e, com o cardeal da Mota, organizou a biblioteca de dom João V, que teve em dom Luis da Cunha um dos mais ativos compradores de livros, estampas e gravuras, adquiridas nas cortes estrangeiras onde atuou. Por encargo régio, estiveram envolvidos na formação da maior e mais ampla biblioteca do seu tempo (que infelizmente se perdeu com o terremoto de Lisboa de 1755),

² Manoel Cardozo. «The Internationalism of the portuguese Enlightenment: the role of the *Estrangeirado*». In: A. O. Aldridge. *The Ibero-American Enlightenment*. Urbana: University of Illinois Press, 1971, pp. 153-167; Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, pp. 14-19.

³ Entre 1697 e 1709 esteve na Inglaterra; entre 1710 e 1712 em Haia; sendo de 1713 a 1714 embaixador junto às negociações do acordo de Utrecht; em 1715 voltou a Londres; em 1716 esteve em Hanover, Haia e Londres; em 1717 estava de volta a Haia; o ano de 1719 passou em Madrid; entre 1720 a 1725 esteve em Paris como emissário para participar do Congresso de Cambrai; entre 1726 e 1727 esteve em Bruxelas; entre 1728 a 1736 novamente em Haia, e entre 1737 e 1749 estabeleceu-se em Paris, onde morreu.

⁴ Biblioteca da Ajuda. Carta de Alexandre de Gusmão para Dom Luis da Cunha, embaixador de Portugal em Paris. 54-V-32(4), Doc 11, f. 243v.

como também participaram da aquisição de pinturas, roupas, armamentos, instrumentos astronômicos e cartográficos, entre outros. Contribuíram ainda para o afluxo de sábios, especialistas e técnicos para Portugal. Alguns deles se dedicaram a traduzir do latim para o português grandes obras da Ilustração, com o objetivo de vulgarização desse conhecimento em Portugal. Tal foi o caso do médico cristão-novo Jacob de Castro Sarmiento, que viveu em Roma, Paris e Londres, e traduziu para o português obras de Francis Bacon além de, em seus próprios livros, divulgar a filosofia natural de Newton e a medicina de Boerhaave⁵.

Eram todos homens ligados ao mundo dos livros, da renovação dos estudos e dos esforços da divulgação das Luzes em Portugal. Assim, seja pelo contato direto na troca de correspondência ou em encontros nas diversas capitais da Europa, seja pelo contato indireto na participação nas Academias portuguesas⁶ ou na leitura dos mesmos livros, esse grupo de *emboabas ilustrados*⁷ compartilhava visões de mundo e estreitava os laços entre si.

Por meio do contato entre esses homens e do intercâmbio de idéias e opiniões, crescia a percepção do papel que o Brasil vinha ocupando, oscilando a balança econômica e mesmo política do império, particularmente após a descoberta do ouro nas Minas. Nessa perspectiva, não pode ser visto como mero acaso que outro epicentro desse grupo informal, o infante dom Manoel, irmão mais novo do rei, tenha se envolvido em uma conspiração para a independência do Brasil, de onde governaria um novo império⁸. Dom Luis da Cunha, durante suas atividades no exterior, por onde o infante fez longo périplo, se encontrou, protegeu e tentou, por diversas vezes, orientar dom Manoel⁹, tendo inclusive lhe dedicado o terceiro volume das *Memórias da Paz de Utrecht*, que concluiu em 1717, quando se encontrava em Haia¹⁰.

⁵ Manoel Cardozo. The Internationalism of the portuguese Enlightenment: the role of *estrangeirado*, pp. 163-166.

⁶ Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

⁷ Opto aqui por utilizar o conceito de *emboabas ilustrados* ao de *estrangeirados* já tão eivado de críticas. Chamo de *emboabas ilustrados* o grupo que, tendo como um dos epicentros dom Luis da Cunha, acreditava nas idéias da Ilustração como forma de desenvolvimento do império português, era afeito ao pragmatismo e compartilhava da idéia do Brasil como local destinado para e pelos portugueses.

⁸ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

⁹ Como exemplo, em outubro de 1722, quando dom Luis se encontrava em Paris, ali chegou o infante dom Manoel para assistir à sagração de Luis XV. O embaixador escreveu ao reino em busca de instruções de como deveria seguir com o protocolo, visto que o infante na ocasião caíra em desgraça junto a dom João V. Apesar das ordens em contrário, mostrando sua simpatia a dom Manoel, dom Luis da Cunha insiste que ele deveria merecer todo o protocolo pois o infante está sempre representando o rei em terras estrangeiras e chega a aconselhar dom João V que «se teve a desventura de perder a sua graça, conserva a fortuna de haver nascido seu irmão». Diz em tom paternal, que encontrou o infante crescido, mas não encorpado como esperava. ANTT. MNE. Correspondência de dom Luis da Cunha para o Reino. Livro 791, f. 398 e seg.

A idéia da centralidade das Minas brasileiras também passou a ser disseminada em círculos mais amplos, particularmente entre indivíduos de origem portuguesa que circularam pela região aurífera no início das descobertas e que viam no predomínio paulista uma ameaça à dominação régia sobre a área, como foi o caso do herético Pedro de Rates Henequim¹¹, estudado por Adriana Romeiro¹². Henequim foi preso pela Inquisição lisboeta no século XVIII, tendo sido condenado e queimado no último Auto de Fé que Lisboa assistiu. Pretendia reunir todo o conhecimento que adquiriu, num livro intitulado *Paraíso Restaurado, Lenho da Vida Descoberto*. Não chegou a concretizar seu intento, mas resumiu aos inquisidores as linhas gerais já por ele esboçadas. Acreditava que, no centro do Brasil, nos confins das Minas Gerais, cercado pelas serras, ali estaria o paraíso terrestre, pois encerraria os quatro rios, a árvore da vida e a árvore da ciência, tendo sido o local onde Deus criou Adão e os anjos¹³. A análise das idéias de Pedro de Rates Henequim e de outros indivíduos que percorreram a capitania das Minas Gerais no século XVIII, como o médico português José Rodrigues de Abreu¹⁴, que chegou a servir a família de dom João V, ou Manuel Francisco dos Santos Soledade que, em 1729, produziu um mapa intitulado *Roteiro Ilustrado de Terras Mineraias do Brasil*, no qual representava a região mineradora como «o saco de ouro do Brasil»¹⁵, revela a existência de um universo mental comum aos moradores das Minas, particularmente aos oriundos do reino, no início do século XVIII, no qual a edenização e em decorrência dela a centralidade da região no interior no império português ocupavam um papel fundamental¹⁶.

Porém, a idéia da centralidade das Minas e a consciência do aumento da importância que o ouro que anualmente abarrotava as frotas que vinham do Brasil adquiria para a economia do império português nem sempre eram vivenciadas da mesma maneira por esses indivíduos. Para alguns, como é o caso de Henequim, José Rodrigues Abreu ou Manuel Francisco dos Santos Soledade, essa idéia adquiria uma perspectiva edênica, para outros, como era o caso de dom Luis da Cunha, estava revestida de pragmatismo.

¹⁰ ANTT. D. Luis da Cunha. *Memórias da Paz de Utrecht*, 1715. Manuscritos da Livraria. Maço 967. Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p. 91.

¹¹ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V*, pp. 61-62.

¹² Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V*.

¹³ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João V*, pp. 61-62; Plínio F. Gomes. *Um herege vai ao paraíso*, cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁴ Júnia F. Furtado. «As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro». *Anais de História do Além-mar*, Lisboa, vol. IV, pp. 155-212, 2003.

¹⁵ *Roteiro Ilustrado de Terras Mineraias do Brasil*, de Manuel Francisco dos Santos Soledade. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), Coleção Lamego, n.º 55 do catálogo.

¹⁶ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de D. João VI* pp. 162-167; GOMES, Plínio F. *Um herege vai ao paraíso*, pp. 109-119.

Foi ele quem, na primeira metade do século XVIII, escreveu com maior perspicácia sobre essa questão. Em suas célebres *Instruções Políticas*, apontou para o deslocamento do centro do eixo econômico do império que a descoberta do ouro acarretava e a crescente dependência de Portugal em relação ao Brasil. Como corolário dessa dependência, advogou que «o príncipe, para poder conservar Portugal, necessita totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal (...) de que se segue que é mais cômodo, e mais seguro, estar onde se tem o que sobeja, [do] que onde se espera o de que se carece»¹⁷. Por isso defendia a necessidade de transferência da Corte para a América, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, de onde o rei governaria, tomando o título de «Imperador do Ocidente»¹⁸.

2. Dom Luis da Cunha

Dom Luis da Cunha é figura assaz conhecida dos estudiosos do império luso-brasileiro, pois foi personagem emblemático no estabelecimento da política interna e externa de Portugal na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de dom João V¹⁹. A serviço da Coroa, viveu quase toda a sua vida no estrangeiro, servindo como embaixador nas grandes cortes da Europa e participou, direta ou indiretamente, dos grandes acordos diplomáticos de seu tempo, como os Tratados de Utrecht e Cambrai.

Mas, mesmo de longe, dom Luis não se descuidava do que acontecia em Portugal e buscou influenciar a Coroa, várias autoridades e até um público maior, estabelecendo redes de influência a partir de suas opiniões. Em grande parte por meio de sua vasta correspondência com autoridades portuguesas, mantinha-os a par de suas idéias, não se furtando em oferecer seus conselhos. Homem instruído, era grande observador e crítico da realidade portuguesa e europeia de seu tempo. Fruto das grandes negociações diplomáticas em que se envolveu, e de seu papel como embaixador nas grandes Cortes do continente europeu, como Londres, Paris, ou Bruxelas, advogava antes de tudo uma transformação na inserção de Portugal na orquestra política dessas nações, e também na sua relação com suas conquistas ultramarinas, especialmente com o Brasil. Em suas próprias palavras, ele profetizava que era «o oráculo que S. Majestade foi buscar»²⁰.

¹⁷ D. Luis da Cunha. *Instruções políticas*. (Edição de Abílio Diniz Silva). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 371.

¹⁸ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de Dom João V*, p. 165.

¹⁹ Abílio Diniz Silva. «Introdução». In: D. Luis da Cunha. *Instruções políticas*, pp. 17-166.; Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*.

²⁰ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT). Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Caixa 789. Legação dos Países Baixos. Cartas de 1728-1736 de Dom Luis da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho. 5 de junho de 1736. Apud: Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*, p. 165.

Dom Luis da Cunha parecia muito cômico de seu papel no estabelecimento de uma política para o império, atribuindo a ele mesmo um caráter profético, já que oráculo podia ser a resposta com voz humana que os anjos davam, ou as palavras de Deus nas sagradas escrituras²¹. Mas havia ainda um terceiro significado coevo do termo, pois oráculo podia ser também «resposta que davam os demônios debaixo do nome dos falsos deuses da gentildade». Esse significado aponta para o caráter muitas vezes heterodoxo e radical de suas idéias, o que em vida fez com que ele muitas vezes fosse visto com suspeita.

Durante o contexto da mudança da Corte para o Brasil, em 1808, avivou-se o interesse pelas idéias do velho embaixador, morto em 1749, especialmente por parte daqueles que buscavam ver em suas idéias o embrião das reformas que, em pleno alvorecer do século XIX, reconfiguravam o velho império. As *Instruções Políticas*, especialmente ao sugerir desde a primeira metade do século XVIII a mudança da sede do império para o Brasil, pareciam conduzir o norte da política portuguesa para muito além do tempo de dom Luis. Ao buscarem no pensamento de dom Luís identidade com suas próprias idéias a partir da presença de elementos comuns que mais tarde foram colocados em prática, alguns ilustrados portugueses, como dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ou o próprio príncipe regente, acabaram por reforçar a figura do velho embaixador como oráculo de seu tempo, apontando para o fato de que sua influência política transcendia sua própria vida. É sintomático nesse sentido que uma cópia manuscrita das *Instruções Políticas* fizesse «parte da Coleção de Manuscritos da Coroa, objeto de cuidados especiais, [que] conservada em arquivo separado, [foi] com o Príncipe Regente para o Brasil, ficando por sua determinação 'junto à sua Pessoa' e [sendo] um dos poucos manuscritos da dita Coleção que voltou para Lisboa em 1822»²². Ou que dom Rodrigo de Sousa Coutinho se preocupasse com o destino e cuidasse de preservar um conjunto de cartas de dom Luis da Cunha, entre as quais as *Instruções Políticas*, que dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, seu pai, deixara em seu espólio²³. Uma vez no Brasil, preocupado com o destino desses papéis, dom Rodrigo perguntou a seu secretário:

Espero que me diga com toda a individuação se mandou [para o Brasil] os manuscritos de D. Luis da Cunha, que meu pai aí tinha, e que eram seus, tendo-os comprado, e que não tinham nada de comum com os da corte²⁴.

²¹ Rafael Bluteau. *Dicionário da língua portuguesa*. Ampliado por Antônio de Moraes. Lisboa: Oficina de Thadeo Ferreira, 1739, p. 97. (Idem. *Ibidem*, p. 95).

²² Abílio Diniz Silva. «D. Luis da Cunha e o Brasil». In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Universidade Portucalense, 2001, pp. 261-276.

²³ Abílio Diniz Silva. «D. Luis da Cunha e o Brasil».

²⁴ Apud: Abílio Diniz Silva. «Introdução», p. 169.

Não se sabe exatamente a data em que as *Instruções* foram escritas, tendo sido mais provável que, pelo menos uma primeira versão, tivesse sido rascunhada em Haia por volta do ano de 1736. Endereçadas a Marco António de Azevedo Coutinho, um dos mais diletos pupilos de dom Luis, seu objetivo inicial seria instruí-lo no cargo de Secretário de Estado, para o qual fora nomeado naquele ano. No entanto, sabe-se que o documento não chegou a ser enviado a Portugal naquela ocasião, sendo que uma versão mais completa foi encadernada pelo próprio embaixador e, mais tarde, mandada a seu sobrinho, dom Luis da Cunha Manoel, quando este foi nomeado vice-rei do Brasil. Foi, a partir desse momento que se iniciou a trajetória pública desse célebre documento, o qual atribuiu-se, mais tarde, a capacidade de ter fundado toda uma agenda política e econômica a ser seguida por Portugal nos anos vindouros²⁵. Ainda que não tenham sido publicadas à época, as *Instruções Políticas*, além de algumas cartas de sua lavra, começaram a circular a partir de cópias manuscritas, o que aponta para a importância e a repercussão das suas opiniões políticas não apenas em seu círculo mais próximo.

A repercussão do pensamento de dom Luis da Cunha não se esgota no projeto de mudança da Corte. Pelo contrário. Mas o caráter premonitório dessa idéia fez renascer à época novo interesse por seus escritos, e reforçou o reconhecimento de sua importância e influência para o estabelecimento da política portuguesa. Ao longo dos dois séculos seguintes, o interesse pelas suas idéias ressurgiu de forma cíclica²⁶. Em 1811, algumas de suas cartas foram publicadas no *Investigador Português*, jornal que circulou em Londres e que congregava importante elite iluminista de luso-brasileiros emigrados, alguns deles exilados devido a radicalidade de suas idéias²⁷. A publicação desses papéis nesse periódico aponta para novas identidades que se estabeleciam entre o pensamento desses intelectuais iluministas e o do antigo embaixador, visto por eles como fonte de inspiração heterodoxa e inconformista. Na esteira do surgimento do movimento republicano, já no alvorecer do século XX, ocorre novo interesse em Portugal por suas idéias e, com isso, em 1929, as *Instruções* foram publicadas pela primeira vez²⁸. É sintomático do reconhecimento dessa importância ao longo do tempo, que nova e cuidadosa edição fosse realizada, em 2001, no contexto das comemorações dos 500 anos dos descobrimentos marítimos portugueses²⁹.

²⁵ «De papéis políticos não tenho notícia que o sr embaixador fizesse trabalho algum que o de uma carta que se dizia ser escrita a Marco Antonio quando ele foi nomeado secretário de estado e que se não lhe enviou, mas anos depois a mudou e acrescentou o sr Luis da Cunha e, mandando a encadernar, a remeteu a V.Sa., a qual não vi». ANTT. M.E. Caixa 562, III. A. Fr. C.3- doc. n.º 38. Cartas de Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda para dom Luis da Cunha Manoel, após a morte do embaixador em Paris.

²⁶ Abílio Diniz Silva. «Introdução», p. 169.

²⁷ Abílio Diniz Silva. «Introdução», p. 170.

²⁸ Pedro Azevedo. *Instruções inéditas a Marco António de Azevedo Coutinho*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929.

²⁹ Abílio Diniz Silva. «Introdução».

A continuidade e longevidade do interesse pelo pensamento de dom Luis da Cunha reforçou a idéia, por ele mesmo sugerida, de que em vida se configurara num oráculo da política portuguesa. As *Instruções Políticas*, como nenhum outro dos documentos de sua lavra, continham a síntese do seu pensamento, e dom Luis esperava que elas conduzissem a política portuguesa da época segundo os princípios que lhe eram caros: a diminuição da influência econômica e política da Inglaterra; a reestruturação da posição de Portugal no mundo europeu e americano; o combate aos jesuítas e a afirmação da tolerância religiosa e, por fim, o reconhecimento da importância do Brasil e da produção aurífera para o enriquecimento da nação, prevendo a eventual transferência da Corte para a América³⁰.

3. A centralidade das Minas

Essa idéia da centralidade do Brasil se configura no pensamento de dom Luis da Cunha à medida que ele vai, paulatinamente, tomando consciência da importância que os produtos oriundos dessa conquista ultramarina adquirem no seio da economia do império, em detrimento da supremacia do oriente. O açúcar, o tabaco, entre outros, são vistos a partir das estratégias geo-políticas que ele elabora, como moedas de troca com as demais economias européias. Mas, entre tantas outras mercadorias, é o ouro que adquire especial relevância e, com ele, o embaixador passa a atribuir enorme importância à região das Minas, como depositária dessa riqueza. Em 1719, ele escreve ao Conde de Assumar, seu velho amigo e, bem a seu estilo irreverente, diz que «aquele Brasil, [e] aquelas Minas, são o bem que a velha tem»³¹.

A abundância das minas, no entanto, não poderia, segundo seus princípios, continuar a verter em direção aos cofres das demais nações da Europa, especialmente a Inglaterra. É em sua primeira embaixada, que se dá entre 1697 e 1709, na Inglaterra, que essa idéia começa a tomar forma. Dom Luis via na abundante riqueza aurífera a possibilidade de alterar o equilíbrio geo-político europeu, que compensasse a pequenez geográfica de Portugal e seus limitados recursos econômicos. Nesse sentido ele escreve:

A providência quis que os estados del rei [d. João V] em Europa não fossem tão estendidos como os dos seus vizinhos, mas ao mesmo tempo lhe deu fora dela abundantes minas que eles não logram e assim devemos procurar que na balança do poder possamos pôr a riqueza para fazermos uma tal ou qual igualdade com as outras potências³².

Foi durante a sua estada na Inglaterra que ele começou a perceber o crescente desequilíbrio da balança de comércio portuguesa, agravada pelo

³⁰ D. Luis da Cunha. *Instruções políticas*.

³¹ Arquivo do Itamaraty. Ofícios de dom Luis da Cunha, 1719-1723, f. 41, Madrid, maio de 1719.

³² ANTT. MNE. Livro 790, f. 375 e 376, Paris, 20 de outubro de 1721.

seu envolvimento na Guerra de Sucessão Espanhola. Observa, atento, que o desequilíbrio na balança entre essas duas nações criava um fluxo contínuo de ouro brasileiro em direção à Inglaterra que, transformado em moeda, enriquecia seus cofres.

Dessa forma, em 1707, escreve ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real:

Devo avisar a VM que nessa frota vem cem mil patacas por conta da Companhia [de comércio inglesa], que, posto já não tem remédio, servirá esta notícia para impedir que saiam as grossas somas para a mesma Companhia, [que] acaba de mandar muitas comissões. Bem sei que é quase impossível o remediar-se este abuso porque entrando neste reino [de Portugal], sem comparação, mais mercadorias do que dele se extraem de gêneros é constante que o excesso deve sair em dinheiro.

Em 1710, alerta novamente o Secretário: «devo pedir a V.M. que repare em que o comércio entre Portugal e Inglaterra no princípio da guerra passada se calculava a 200.000 libras e hoje passa de um milhão das mesmas»³³. É então que reconhece, desolado, que suas advertências de nada adiantaram no sentido de reverter esse processo, pois «nos últimos navios que chegaram deste reino vieram cento e trinta mil libras esterlinas em moedas de ouro por conta da tesouraria, que na Torre de Londres se estão refundindo a guinéis»³⁴. Não se pode deixar de chamar a atenção nesse aspecto, dos ecos do pensamento de dom Luis da Cunha sobre as reformas de cunho econômico empreendidas posteriormente, tanto pelo marquês de Pombal, quanto por dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no sentido de diminuir a hegemonia inglesa sobre a economia portuguesa, equilibrar a balança de pagamentos entre as duas nações e, para isso, promover as manufaturas do reino.

A percepção da importância crescente do ouro português no circuito monetário europeu, que cada vez mais sustentava o desenvolvimento das economias da Inglaterra, França e Holanda, desperta em dom Luis o reconhecimento da importância das minas brasileiras para esse processo. Mas não só. Ele se torna cada dia mais cômico do interesse que elas despertavam na Europa e da ameaça que isso representava para o império marítimo português. Por esta razão, continuamente chama a atenção das autoridades reinóis para a necessidade premente de salvaguardá-las da cobiça estrangeira. Eis uma de suas tantas observações nesse sentido:

Já que falo em dinheiro não posso deixar de dizer a V.M.^{ce}. que faz grande ruído entre esta nação [a Inglaterra] a riqueza das minas do Brasil, e que se fala nelas com inveja, e não duvido que o mesmo seja entre os holandeses, pelo que espero que se ponha cuidado na sua segurança; porque estas potências nem sempre hão de ser nossas aliadas; [e] bem que o nosso ouro, sem o trabalho de o cavarem quase todo, ou a maior parte dele, lhes entra nas suas mãos³⁵.

³³ ANTT. MNE. Livro 784, f.46, 10 de fevereiro de 1710.

³⁴ ANTT. MNE. Livro 784, f. 44, 23 de dezembro de 1710.

³⁵ ANTT. MNE. Livro 782, f. 301, 1708.

Nas cartas que dirige ao reino e a outros embaixadores portugueses em serviço nas demais cortes européias é recorrente a idéia da importância das frotas oriundas do Brasil e o temor de que ataques piratas privassem o reino dessa riqueza, especialmente o ouro que abarrotava os navios que vinham do Rio de Janeiro. Das chegadas e partidas das frotas ele tanto recebia quanto dava notícias, mostrando seu interesse constante pelo tema. Por exemplo, a 11 de janeiro 1714, escreve aliviado que, por um navio vindo de Lisboa e aportado em «Falmouth, soubemos que a frota do Brasil ia entrando nesse porto de que nos logramos infinitamente, livrado-nos do susto que tivemos com a notícia de que há dias se divulgou de que a dita frota fora derrotada por uma grande tormenta»³⁶. Mesmo de longe, dom Luis não se descuidava um só instante de pôr-se a par do fluxo das frotas, especialmente das do ouro, às quais, entre todas, atribuía importância central. Em 1717, escreve ao visconde de Tarouca, também embaixador, informando as notícias que vinham do reino, entre elas registra: «Chegou a frota do Rio em 22 deste, deixando no porto os navios que lhe pertenciam e o que vem manifesto do ouro que traz a capitania importa em seis milhões e meio e vinte e três mil cruzados e novecentos e vinte reis»³⁷.

No exercício de suas funções de embaixador também dispensava especial atenção ao monitoramento das expedições piratas tanto inglesas, quanto francesas e até mesmo russas, que poderiam se dirigir ao Brasil. Quando em Inglaterra, buscava as autoridades locais para espionar as atividades dos piratas franceses; quando em Paris, era o inverso que acontecia. Vemo-lo constantemente pressionando autoridades, exigindo o respeito das nações onde realizava suas embaixadas aos tratados de amizade estabelecidos com Portugal, à integridade dos seus navios mercantes e dos territórios das suas conquistas. Em 1710 e 1711, quando se encontrava na Inglaterra, por exemplo, mostra-se atento com as armadas francesas de Le Clerc, 1710, e Du Guay Trouin, 1711, que se dirigiram ao Rio de Janeiro.

Os anos de 1710 e 1711 e o perigo que representaram para o domínio português no Brasil causaram-lhe forte impressão em seu espírito. Sobressaltou-lhe a possibilidade da conjugação da ameaça externa (a pirataria francesa) e da sublevação interna, pois foi informado que os súditos nas Minas estavam levantados – referindo-se aos distúrbios relativos ao que ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas, quando paulistas e forasteiros (também conhecidos como emboabas) disputaram o controle sobre a região mineradora. Passados os dois perigos, escreveu: «é justo todo o contentamento em que nos pôs a notícia do Rio de Janeiro (...). Da mesma sorte me alegre de que fiquem acomodadas as dissensões em que nas Minas estavam

³⁶ ANTT. MNE. Caixa 926. Tratados, atos, convenções e outros papéis que dizem respeito a paz de Utrecht. Cartas do conde de Tarouca e de dom Luis da Cunha até o fim da negociação de Utrecht para Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado de Sua Magestade, 2 de janeiro de 1714 até 18 de abril de 1715. Em 11 de janeiro 1714, f. 4v-5.

³⁷ ANTT. MNE. Livro 137. Cartas para o conde de Tarouca, 26 de julho de 1717.

os vassallos de SM para que se não interrompa um trabalho que dá tanto lucro»³⁸.

Poucos meses depois, também o conde de Tarouca, se regozijava da vitória que se lograra sobre os franceses no Rio de Janeiro. Afinado com as idéias de dom Luis, acreditava que tal feito mostrara aos piratas a capacidade de enfrentar e derrotar as ameaças externas utilizando-se apenas das próprias forças locais, sem ter sido necessário recorrer nem ao reino, nem às potências aliadas. Acreditava que isso daria uma lição aos franceses, «porque imaginam que naquela praça [não existam] as defensas e a prevenção necessárias para a conservação de tão importante conquista». Exaltava então toda a riqueza das Minas, confessando «todo o gosto e vaidade que me dá ver que el rei nosso senhor domina o mais precioso estado que teria algum príncipe». Mas confessava, não sem temor, que tanta riqueza, ao mesmo tempo e paradoxalmente, «se me converte em receio, pois concorrendo aqui com ministros de muitas nações, vejo o quanto exageram e apetece as riquezas do Brasil e como estas atraem e despertam a ambição universal, fica inescusável para a fortuna de lograr o cuidado de defendê-las»³⁹.

Os possíveis ataques piratas às costas do Brasil requeriam contínua atenção. Em 1714, de Utrecht, dom Luis comunica ao reino «o aviso que nos fez José da Cunha Brochado de haver descoberto em Londres o desígnio promovido pelo capitão Thomas Brau de estabelecer uma nova colônia, que ainda não consta a parte aonde se intenta, basta que seja na vizinhança do Brasil para recebermos um dano incomparável. Se acaso fosse nas ilhas de Santa Catarina ou na dos Patos temos por certo que perderíamos o grande proveito das novas minas, usurpando os ingleses a maior parte daquele comércio e [por isso] julgamos de tanta importância o embarcá-lo»⁴⁰.

Passados poucos anos, em 1719, dom Luis punha-se a par das novas inquietações por que passava a capitania por meio da correspondência com seu velho amigo, o conde de Assumar, pai do que então governava as Minas. Diz dom Luis que «teve tão gostosa ocupação como a de ler as cartas do sr. dom Pedro de Almeida, de saber que ficava com boa saúde e de haver descoberto a conspiração de que me avisam, e de tudo lhe dou infinitos parabéns»⁴¹. Mas, apesar dos cuidados do jovem governador, o alvorecer dos anos 1720 vêm despertar em dom Luis da Cunha os mesmos temores que o preocupara uma década antes, pois as notícias que chegavam das Minas eram, mais uma vez, desconcertantes. A insatisfação interna poderia se tornar incontrollável caso fosse conjugada com a invasão externa, provocada pela cobiça das demais potências estrangeiras pelo ouro brasileiro.

³⁸ ANTT. MNE. Livro 785, f. 75, 17 de março de 1711.

³⁹ ANTT. MNE. Caixa 789. Cartas de ofício do conde de Tarouca em Haya para Diogo de Mendonça, maio 9, carta 11, 24 de março de 1711.

⁴⁰ ANTT. MNE. Caixa 926, 21 de junho de 1714, f. 56.

⁴¹ Arquivo do Itamaraty. Ofícios de dom Luis da Cunha, 1719-1723, Madrid, maio de 1719, f. 41.

Sempre atento ao que se passava nas Minas, dom Luis foi informado do que sucedera pelo secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real. Em carta dirigida a ele e ao Conde de Tarouca, ambos embaixadores em Cambrai, o secretário anexa um «folheto incluso [em que] achará VM as novas do Brasil». Por esse papel, os dois ficam sabendo

a notícia da alteração que houve em Vila Rica nas minas do Ouro Preto, onde alguns mal contentes fizeram sublevar o povo contra o ouvidor daquela comarca que se retirou e depois continuou a sublevação com o pretexto das casas da moeda e fundição que estavam para se estabelecer para o pagamento dos quintos e durou alguns dias e procurando o governador (...) sossegá-las (...) [suas medidas] produziram efeito contrário porque se aumentaram mais as alterações⁴².

O panfleto também se referia à oferta do perdão aos amotinados que o governador oferecera em um primeiro momento. Mas porque «Pascoal da Silva, depois das prisões, andava solicitando sublevar alguma gente a favor dos presos, o fez prender o mesmo conde [de Assumar] e enforcar e esquartejar na mesma Vila Rica para onde o conde havia marchado com os dragões que serviram muito nesta ocasião e tudo ficou sossegado e os referidos presos foram remetidos ao Rio de Janeiro»⁴³.

Passado o susto, em outubro, dom Luis tranqüiliza o conde de Tarouca que, segundo as novas que chegavam do reino, «o estado do Brasil se achava quieto e abundante»⁴⁴. Mas a calma parecia ser apenas aparente, pois, segundo outras cartas com informações e ordens que chegavam de Lisboa, havia indícios que o levante de 1720 poderia realizar o temor de dom Luis da confluência do perigo interno e externo. No ano seguinte, ainda no contexto da repressão da revolta, ele passou a investigar em Paris a possível comunicação entre alguns franceses e mineiros ocorrida durante a revolta. Tal comunicação poderia ter sido estimulada pela Coroa francesa, com intuito de se apoderar das Minas. Sua conclusão foi que era possível que «algum malheureux (que quer dizer desgraçado) se correspondesse com qualquer dos mal contentes das Minas, sem que a Corte [francesa] tenha nisso a menor parte». Mas, precavido, advertiu que

não obstante, e sem embargo dos princípios em que nos podemos fundar para não temermos que França cuide em nos querer fazer esta usurpação, toda a vigilância da parte da Europa é necessária e toda a segurança da América é precisa porque a riqueza das nossas Minas faz cada dia maior ruído e causa maior inveja⁴⁵.

⁴² ANTT. MNE. Caixa 816. 24 despachos de Diogo de Mendonça Corte Real dirigidas a Manoel de Siqueira..., 5 de novembro de 1720.

⁴³ ANTT. MNE. Caixa 816. 24 despachos de Diogo de Mendonça Corte Real dirigidas a Manoel de Siqueira..., 5 de novembro de 1720.

⁴⁴ ANTT. MNE. Livro 137. Cartas para o conde de Tarouca. Em Holanda que principiou em julho de 1717 e findou em 13 de outubro de 1725, 22 de outubro de 1720.

⁴⁵ ANTT. MNE. Livro 790. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado, Cartas de Dom Luís da Cunha para o reino, Paris, 8 de setembro de 1721, f. 268-270.

É famoso o parecer em que António Rodrigues da Costa, conselheiro do Ultramar, escreveu a dom João V sobre as minas de ouro do Brasil. No seu entender a importância econômica das minas representava uma ameaça para o domínio dos súditos do além-mar que, paulatinamente reconheciam essa centralidade da região no interior do império. Essa ameaça seria irreversível caso se conjugasse o perigo interno e o externo⁴⁶. Vários historiadores têm chamado a atenção para a perspicácia da análise do conselheiro. No entanto, o parecer formulado em 1732 é antecedido em várias décadas pela visão de dom Luis da Cunha que já alertara, desde 1711, as autoridades portuguesas para os perigosos representados por essa conjunção de fatores. Mas enquanto para António Rodrigues da Costa as minas eram um fardo inevitável, para dom Luis era a solução para a fragilidade da economia portuguesa. Em 1714, apregoava algumas soluções para sua conservação que poderiam ser, por vezes, «de mui pouco custo [e] nos livra das muitas questões que poderá alterarmos a cobiça dos outros a quem vai despertando a riqueza das nossas minas»⁴⁷. Referia-se ao estímulo ao povoamento de áreas estratégicas nas costas do Brasil, como a ilha de Santa Catarina, ou de diversos portos situados entre a foz do rio Amazonas e a do Prata. Por essa época, ainda conjecturava «se a riqueza das nossas minas (...) é ainda maior na reputação que no efeito». Em fins de 1730, após a chegada de tantas frotas carregadas de ouro e diamantes, não tinha mais dúvidas sobre a centralidade e a importância das minas auríferas para o enriquecimento do império, propondo nas *Instruções* a controversa mudança da Corte para o Brasil.

4. Oráculo da geografia sul americana

Para dom Luis da Cunha essa percepção da centralidade do Brasil esboçava-se em um projeto geopolítico mais amplo de soberania do império português sobre a América. Sua proposta inseria-se na lógica do *imperium* e ele advogava o deslocamento, na esteira do eixo econômico, do eixo político para o Brasil. Sua concepção se constituiu a partir de sua experiência no exterior, particularmente com sua participação nas embaixadas portuguesas enviadas às grandes conferências de paz que movimentaram a Europa, no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola, conflito no qual se envolveram quase todas as grandes casas reais européias. Os portugueses entraram na Guerra a partir de 1704, e além de uma disputa nas fronteiras entre os dois países na Europa, a Espanha invadiu possessões portuguesas na região do rio da Prata: a Colônia do Sacramento.

Após o término da Guerra, as principais nações européias, e em particular Portugal e Espanha, se envolveram em sucessivas negociações diplo-

⁴⁶ Adriana Romeiro. *Um visionário na Corte de Dom João V*, pp. 164-166.

⁴⁷ ANTT. MNE. Caixa 926, 21 de junho de 1714, f. 56.

máticas com vistas a superar diversos impasses políticos decorrentes da guerra, como Utrecht, em 1715, Madrid, em 1719 e Cambrai, a partir de 1720. Nesses acordos, dom Luis teve participação ativa, muitas vezes ao lado do conde de Tarouca⁴⁸ e, durante esses encontros diplomáticos, um dos grandes temas negociados entre as duas Coroas dizia respeito à devolução da Colônia do Sacramento aos portugueses.

Ao longo desses anos, dom Luis passou a advogar que a questão da definição dos limites deveria extrapolar apenas o caso da Colônia do Sacramento e ser tratada para o Brasil como um todo. A invasão por parte dos portugueses de territórios na área mineradora, no centro-oeste, como também na região amazônica que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas deveriam pertencer a Espanha, a própria imprecisão da localização desse meridiano em território americano, segundo ele, exigiam que novos e mais precisos limites fossem então estabelecidos.

Em suas diversas embaixadas, dom Luis da Cunha pedia insistentemente que lhe fossem enviados mapas mais precisos que permitissem orientar as negociações com a Espanha. Em grande parte sob sua influência⁴⁹, desde o início do século XVIII, Portugal deu início a uma verdadeira febre cartográfica do Brasil, especialmente do interior do sudeste – das Minas Gerais – e das regiões da foz do rio da Prata, da bacia amazônica, para municiar seus representantes diplomáticos com informações precisas sobre as regiões em disputa⁵⁰. O embaixador foi um grande incentivador dessa produção cartográfica, adquirindo no exterior instrumentos de precisão necessários ao estudo da astronomia e da cartografia, matérias totalmente imbricadas; comprando livros sobre o assunto, acompanhando de perto as inovações nessas matérias divulgadas na Academia de Ciências de Paris. Em suas missivas às autoridades no reino insistia na necessidade de se construir uma base cartográfica sólida dos territórios ocupados pelos portugueses no Brasil.

A atuação de dom Luis em Utrecht, Cambrai e nas principais cortes européias, deixara claro ao embaixador que qualquer negociação com os espanhóis não se resumiria às fronteiras européias, mas passaria forçosamente por toda uma reorientação geopolítica das fronteiras entre as duas Coroas na América e ele estava ciente do papel que o Brasil ocuparia no seio do império português. Ele passou a defender que a grande riqueza de

⁴⁸ Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*; Isabel Cluny. *O conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

⁴⁹ Luis Ferrand de Almeida. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Instituto Histórico Dr. António de Vasconcelos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957.

⁵⁰ Em relações às disputas luso-espanholas sobre a Colônia do Sacramento, Luis Ferrand de Almeida afirma que «o problema foi longamente tratado pelos representantes de Portugal em Madrid e também noutras cortes, como Viena e Paris, mas sem conseguirem alterar a posição espanhola». Nestas negociações, empenharam-se particularmente os embaixadores portugueses, Dom Luis da Cunha e o conde de Tarouca. (Luis Ferrand de Almeida. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: INIC / Universidade de Coimbra, 1990, p. 9).

Portugal nesse momento se encontrava nas minas de ouro recém-descobertas na região das Minas Gerais e que a região da Colônia do Sacramento, na foz do Rio da Prata, por sua absoluta falta de interesse econômico, seria a grande moeda de troca com os espanhóis durante as negociações. Sua queixa da falta de mapas confiáveis que pudessem embasar as negociações fez com que ele não só defendesse a intensificação da produção cartográfica portuguesa, notadamente das regiões fronteiriças – Minas Gerais, rio da Prata e bacia Amazônica – mas também se tornou um colecionador de mapas e informações que pudessem ajudar a construção de uma cartografia portuguesa cada vez mais precisa, para a qual irá contribuir diretamente a partir de sua parceria com D’Anville.

Foi a partir da década de 1720, durante sua estada em Paris, que dom Luis da Cunha tomou também diretamente para si parte da tarefa de contribuir para a produção das cartas geográficas necessárias para o melhor conhecimento do império português. Para isso se aproximou de um cartógrafo em ascensão: tratava-se do jovem Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville. Foi o início de uma profícua e longa parceria. A partir de 1742, esta colaboração irá se dirigir para a produção da *Carte de l’Amérique méridionale*, pois dom Luis da Cunha estava a par de que se avizinhava o momento de estabelecer as negociações com a Coroa espanhola sobre os limites entre as duas no Novo Mundo⁵¹. O embaixador esperava que o mapa fosse utilizado nas negociações que se avizinhavam com o intuito de dar a ver o continente americano não deixando dúvida sobre o território que fosse acordado entre os diplomatas das duas nações.

Porém, uma dificuldade que a princípio parecia insuperável interpunha-se ao processo de produção do mapa: a necessidade de dispor de fontes apropriadas sobre o território a ser representado, especialmente do interior do Brasil, desconhecido para os cartógrafos estrangeiros, como era o caso de d’Anville. Como ele próprio admitiu em uma de suas *Memórias* escritas sobre a *Carte de l’Amérique méridionale*: «as razões de Estado [de Portugal] impediriam que os resultados das recentes observações geográficas e astronômicas [realizadas pelos mesmos] se tornassem públicas»⁵².

Mas a colaboração que se estabeleceu entre ele e o embaixador português permitiu que tivesse acesso a informações geográficas da América portuguesa, muitas delas consideradas secretas por Portugal. No que diz respeito à representação do interior do Brasil, foi preponderante o acesso a um conjunto de documentos que dom Luis da Cunha colecionara ao longo de suas diversas embaixadas e que, na ocasião, forneceu a d’Anville. Distante em seu gabinete na França, esses documentos se tornavam os olhos do

⁵¹ Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, vol. IV, pp. 820 e 875.

⁵² Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville. «Discussion Géographique de la longitude qui convient au continent de l’Amérique Méridionale». Private Collection Robert Bosch, Stuttgart, Germany.

cartógrafo sobre o espaço a ser representado, as fontes de uma geografia vivida.

Ao longo de todos estes anos de negociações ininterruptas nas diversas cortes européias, dom Luis da Cunha reuniu um notável acervo constituído de mapas e relatos manuscritos que lhe chegava às mãos. Alguns desses documentos ele buscou de forma intencional, outros ele conseguiu quase ao acaso, no exercício de suas atividades diplomáticas cotidianas, que incluíam um certo grau de espionagem não só das atividades das Coroas adversárias, mas também de cidadãos que circulavam pelos países estrangeiros, ou ainda de piratas que faziam incursões às costas do Brasil e que poderiam fornecer informações vitais sobre o império português, fossem eles portugueses ou estrangeiros.

Ciente do poder de atração que as minas brasileiras passaram a exercer sobre as nações européias, na década de 1720, quando estava em Paris, dom Luis começou a recolher um conjunto intrigante de mapas sobre a região mineradora e seu entorno. Nesse ano, recolheu três memórias de franceses sobre o Rio de Janeiro, o principal porto de acesso à capitania: a *Memória do Capitão Dunssumnet*, que foi ao Brasil (Rio de Janeiro e Bahia), em 1713-1714 e 1718; outra memória de um barco confiscado pelos portugueses, do capitão Gelui de la Rochelle que, em 1718, devia ir para a Guiné aprisionar negros e por causa de uma tempestade foi parar no Brasil; e outra que lhe deram dois mercadores de *Saint Mallo*, porto de onde saiu grande parte das expedições corsárias francesas em direção ao Brasil no século XVIII⁵³.

Possuía também dois mapas manuscritos de São Paulo e Minas do Ouro, que foram rascunhados por Gonçalo de Lacerda. Manuel Gonçalo de Lacerda foi secretário de dom Luis da Cunha e havia sido membro do Conselho Ultramarino, posição que deve lhe ter assegurado o acesso a tais documentos⁵⁴. Dom Luis conseguiu, ainda em Paris, dois mapas da região mineradora de autoria de um certo António Blem. Ambos lhe chegaram às mãos por intermédio de Pedro Nolasco Convay, um judeu radicado em Paris, grande financiador das despesas do embaixador e de outras autoridades portuguesas no exterior. Como gratidão pelos serviços de Convay em favor dos interesses portugueses na França, dom Luis recomendou que o mesmo fosse nomeado cônsul geral de Portugal⁵⁵.

O exame da correspondência de dom Luis permitiu traçar o momento exato que ele recebeu os manuscritos de Antonio Blem (ou Belém). Em 1723, ele informa ao reino ter entrado em contato com «Antonio Blem, (...) o qual

⁵³ ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luís da Cunha. Livro 790, f. 291, 306, 311-313, 332.

⁵⁴ ANTT. Chancelaria de Dom João V. 12 de fevereiro de 1724. Livro 63, f. 358.

⁵⁵ «Pedro Nolasco Convay me veio propor que desejava que SM o nomeasse por cônsul geral da nação portuguesa em Paris, com a faculdade de estabelecer visconsuls nos portos deste reino». ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luis da Cunha. Livro 790, f. 394.

fez uma resposta sobre as minas do Brasil»⁵⁶. Apesar dos avisos do conde de Tarouca, de que «Antonio Belém é um francês enxertado em português todo prezado de saber tudo e esteve no Rio de Janeiro com Francisco da Távora e assim não se faça caso do que ele escreveu»⁵⁷, não só Luis da Cunha se fiou nas informações do suspeito francês⁵⁸, como as repassou a D'Anville que usou seus mapas para estabelecer parte da região das Minas. Na mesma ocasião, o conde de Tarouca lhe advertiu que ele e a Coroa davam muito mais crédito a um «memorial que a vós deu Blumestein»⁵⁹. Blumestein era um minerador que foi apresentado a dom Luis da Cunha pelo naturalista Merveillheux e que entregou ao diplomata uma memória sobre as minas brasileiras, em francês e português. A pedido do rei ambos foram contratados (Blumestein e Merveillheux) e seguiram para trabalhar em Lisboa⁶⁰.

Intrigante é a informação de que Luis da Cunha entregou ao geógrafo francês «uma carta manuscrita traçada por dom António Alves da Cunha seu sobrinho». Esta carta representava uma «parte do Brasil que se estende desde Vila Rica, capital do distrito das Minas do Ouro, até o rio Paraguai»⁶¹. António Alves da Cunha, conde da Cunha, foi governador de Mazargão, vice-rei do Brasil, membro do Conselho Ultramarino, e embaixador junto aos Países Baixos. Porém, esses cargos foram ocupados na segunda metade do século XVIII e, como o mapa foi produzido na década de 1740, tal informação aponta para uma passagem em período anterior do conde pelo Brasil, tendo chegado até as Minas Gerais⁶².

⁵⁶ ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luis da Cunha. Livro 792, f. 407, Paris 7 de outubro de 1723.

⁵⁷ ANTT. MNE. Cartas de Diogo de Mendonça Corte Real para Dom Luis da Cunha e para o Conde de Tarouca e vice e versa. Legação de Londres, Livro 14, f. 48v, Carta de 18 de outubro de 1723.

⁵⁸ «Também remeto a V. Exa. essa carta de Saint Mallo pela qual me avisam ter chegado aquele porto um português na forma que V. Exa verá na dita carta que será outro extravagante parecido a um António da Cunha com foro de fidalgo que também veio parar a esta cidade depois de haver contraído na de Nantes várias dívidas e porque aqui não fizesse outras ou alguma ação semelhante às que de lá trouxera o fiz sair desta corte pagando o que já nela estava devendo e ajudando-o para a sua jornada. Ele é um moço bem feito e próprio a ir a Índia onde se amansam os turbulentos e vem às vezes os grandes homens». Idem, f. 416, 18 de outubro de 1723.

⁵⁹ ANTT. MNE. Cartas de Diogo de Mendonça Corte Real para Dom Luis da Cunha e para o Conde de Tarouca e vice e versa. Legação de Londres, Livro 14, f. 27, Carta de 27 de julho de 1723.

⁶⁰ Idem, f. 27, 40, 41, 66v. Ver também Isabel Cluny. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*, pp. 105-110.

⁶¹ Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Coleção de oito manuscritos e tratados dos quais 5 se referem ao Brasil. Private Collection Robert Bosch, Stuttgart, Germany.

⁶² É novamente D'Anville quem informa a origem desse documento, porém não se pode duvidar nesse caso de sua informação, pois na *Memória* que ele redige em 1750 informa que o conde na ocasião era «governador do Mazargão, na costa da África, [e dera as informações] segundo as noções de uma estada de muitos anos nesta parte do Brasil que se estende de Vila Rica». Alguns anos depois, na *Memória* de 1779 ele atualiza as informações e informa que o mesmo «atualmente desempenha funções de embaixador junto aos estados Gerais das províncias Unidas». Bosch Collection. Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Coleção de oito manus-

Outro documento que dom Luis da Cunha forneceu a d'Anville foi um instigante roteiro produzido por uns tais irmãos Nunes. Esse relato foi utilizado para estabelecer no mapa o Caminho da Bahia para as Minas. O roteiro é o que podemos chamar de um mapa mental e se destinava a reproduzir os caminhos que cortavam a região com vistas a orientar alguém que efetivamente se dispusesse a percorrer a mesma trilha. Seguindo o roteiro traçado pelos irmãos Nunes e comparando a linha que evidencia o mesmo caminho traçado por d'Anville na *Carte de l'Amérique méridionale*, percebe-se a semelhança entre os dois, servindo o primeiro de fonte incontestável para o estabelecimento desse caminho no mapa. Assim, o espectador que se debruça sobre a carta percorre os mesmos caminhos, com seus núcleos de povoamento e acidentes geográficos, que os três irmãos trilharam em sua aventura em direção às Minas. Um dos aspectos a ser ressaltado nesse roteiro dos irmãos Nunes é a recorrente descrição favorável da natureza e a exaltação da região mineradora – com sua abundância e diversidade de frutos e alimentos – que a transformava no próprio paraíso terrestre. No relato dos irmãos, como na visão de dom Luis da Cunha, sobressai o papel central que a região passava a ocupar na cosmologia de muitos portugueses da época, sendo espaço reservado para a ocupação portuguesa, em oposição às reivindicações dos paulistas, os verdadeiros descobridores. Porém, também nesse relato percebe-se as diferentes nuances que caracterizavam essa percepção. Os irmãos compartilhavam da visão edênica das Minas, enquanto para dom Luis tratava-se de uma questão de geo-política assentada sob bases pragmáticas.

É interessante observar que praticamente todos os documentos disponibilizados por dom Luis a d'Anville para a confecção da *Carte de l'Amérique méridionale* referiam-se à região das Minas Gerais. Por volta de 1742, quando o geógrafo realiza o primeiro exemplar manuscrito do mapa, não havia a menor dúvida que a região mineradora situava-se na porção intra-Tordesilhas, não sendo pois questionável a posse portuguesa sobre esse território. O que explicaria então, o esforço do diplomata em fornecer tais documentos e que permitiram que o cartógrafo representasse as Minas com tal precisão e detalhe? (Observando-se rapidamente o mapa, percebe-se que outras regiões de povoamento mais antigo e conhecimento geográfico mais consolidado⁶³, como era o caso da região nordeste, não mereceram tal grau de detalhamento).

critos e tratados dos quais 5 se referem ao Brasil. Private Collection Robert Bosch, Stuttgart, Germany e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. «Lettre de Monsieur d'Anville, à Messieurs du Journal des Sçavans, sur une Carte de l'Amérique Méridionale qu'il vient de publier», *Journal des Sçavans* (March, 1750), pp. 522-533. É de salientar que quando António Alves da Cunha vai para Angola, em 1753, como governador, ele leva consigo um cartógrafo. (Agradeço a informação a Catarina Madeira Santos).

⁶³ Durante a ocupação holandesa do nordeste açucareiro, foi realizado por Georg Marggraf levantamento cartográfico do nordeste, amplamente divulgado na Europa, e posteriormente incorporado à cartografia como no Atlas de Joan Blaeu. *Joan Blaeu Atlas Maior of 1665*. Hispania, Portugalia, África & América. London: Taschen, sd.

Parte da resposta a esse enigma encontra-se na própria concepção geo-política que dom Luis advogava para o império: para ele as Minas constituíam a região vital da América portuguesa e que deveria ser mantida, a qualquer custo, sob o domínio português. O grau de detalhamento de informações cartográficas sobre as Minas no mapa, aponta para a necessidade de garantir sobre elas o domínio da Coroa. A região se apresenta graficamente como uma entidade geográfica cujo espaço está palmilhado pela presença portuguesa. Todo um conjunto de informações gráficas desenhadas nessa área no mapa – os rios e cadeias de montanhas com seus traçados conhecidos, os caminhos, vilas e pousos estabelecidos pelos portugueses – deixa ver que era incontestável que os *emboabas* haviam ali criado e reproduzido sua civilização. A riqueza de detalhes com que a região foi representada desnuda a centralidade no contexto do império que ele conferia às Minas. Dom Luis da Cunha defendia que as negociações entre as duas Coroas deveriam se assentar em bases cartográficas sólidas e, sem escamotear a realidade geográfica, se guiar pelo já acordado em tratados anteriores, respeitando as balizas naturais do terreno e o *uti possidetis*. Isso é, a posse seria assegurada a quem efetivamente colonizou a área em disputa. A colonização portuguesa da área mineradora pelos portugueses, visível claramente no mapa de d'Anville, tornava, aos olhos do embaixador, inquestionável a manutenção da sua posse e, dessa forma, conjuntamente com outros elementos que não serão por hora analisados⁶⁴, relaciona a *Carte de l'Amérique méridionale* ao processo de negociação diplomática que se desenrolava entre Espanha e Portugal em meados do século XVIII e que teve em dom Luis da Cunha um de seus mais significativos expoentes.

⁶⁴ Em linhas gerais, a representação das porções sul, oeste e norte do Brasil são ilustrativas das idéias do embaixador, evidenciando as possibilidades de trocas de terrenos entre as duas Coroas: no sul, desde a capitania de São Paulo, o Brasil se prolonga numa estreita faixa litorânea que margeia as lagoas dos Patos e Mirim, e termina pouco antes da foz do rio da Prata, excluindo a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões, posicionados evidentemente em região para além do Meridiano de Tordesilhas; a oeste a linha de limites proposta preserva na porção portuguesa as áreas de Goiás, Mato Grosso e, no norte, a região Amazônica, apesar dessas últimas estarem posicionadas também em território extra-Tordesilhas.